



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA

1 **ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO**  
3 **DIA QUATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E TREZE.** No décimo quarto dia do  
4 mês de novembro do ano de dois mil e treze, às nove horas e quarenta minutos, na Sala de  
5 Reuniões dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, localizada no 3º andar do  
6 Prédio da Reitoria, Cidade Universitária Profº José da Silveira Netto, na Cidade de Belém,  
7 capital do Estado do Pará, reuniu-se, sob a presidência do Magnífico Reitor, Carlos Edilson de  
8 Almeida Maneschy, o Conselho Universitário, com a presença dos seguintes membros:  
9 Horácio Schneider, Vice-Reitor; Marlene Rodrigues Medeiros Freitas, Pró-Reitora de Ensino  
10 de Graduação; Raquel Trindade Borges, Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento  
11 Institucional; Flávio Sidrim Nassar, Pró-Reitor de Relações Internacionais; João Cauby de  
12 Almeida Júnior, Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; Fernando Arthur de  
13 Freitas Neves, Pró-Reitor de Extensão; Edson Ortiz de Matos, Pró-Reitor de Administração;  
14 Otacílio Amaral Filho, Diretor do Instituto de Letras e Comunicação; Tadeu Oliver  
15 Gonçalves, Vice-Diretor do Instituto de Educação Matemática e Científica; Eliete da Cunha  
16 Araújo, Diretora do Instituto de Ciências da Saúde; Maria Emília de Lima Tostes, Diretora do  
17 Instituto de Tecnologia; Nelson José de Souza Júnior, Vice-Diretor do Instituto de Filosofia e  
18 Ciências Humanas; Mauro de Lima Santos, Diretor do Instituto de Ciências Exatas e Naturais;  
19 Benedita Afonso Martins, Vice-Diretora do Instituto de Ciências da Arte; João Batista  
20 Miranda Ribeiro, Diretor do Instituto de Geociências; Antônio José de Mattos Neto, Diretor  
21 do Instituto de Ciências Jurídicas; Pedro Andrés Chira Oliva, Diretor do Instituto de Estudos  
22 Costeiros; Romariz da Silva Barros, Diretor do Núcleo de Teoria e Pesquisa do  
23 Comportamento; Sergio Cardoso de Moraes, Vice-Diretor do Núcleo de Meio Ambiente;  
24 Soraya Abreu de Carvalho, Vice-Diretora do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento  
25 Rural; Antônio Carlos Franco da Rocha, Diretor do Hospital Universitário João de Barros  
26 Barreto; Paulo Amorim, Diretor do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza; Lílian  
27 Simone Amorim Brito, Diretora da Escola de Aplicação; Simone de Fátima Pinheiro Pereira,  
28 representante docente do Instituto de Ciências Exatas e Naturais; Laélia Maria Barra Feio  
29 Brasil, representante docente do Instituto de Ciências da Saúde; Midori Makino, representante  
30 docente do Instituto de Geociências; José Carlos Chaves da Cunha, representante docente do  
31 Instituto de Letras e Comunicação; Vera Lúcia Jacob Chaves, representante docente do  
32 Instituto de Ciências da Educação; Newton Sure Soeiro, representante docente do Instituto de  
33 Tecnologia; Maria Iracilda da Cunha Sampaio, representante docente do Instituto de Estudos  
34 Costeiros; Marcus Bentes de Carvalho Neto, representante docente do Núcleo de Teoria e  
35 Pesquisa do Comportamento; Vera Lúcia da Rocha Pereira, representante docente da Escola  
36 de Aplicação; Eliomar Azevedo do Carmo, Coordenador do *Campus* Universitário de  
37 Abaetetuba; Maria Ivonete Coutinho da Silva, Coordenadora do *Campus* Universitário de  
38 Altamira; Paulo Lucas da Silva, representante docente do *Campus* Universitário de Altamira;  
39 Edilza Joana Fontes, Coordenadora do *Campus* Universitário de Ananindeua; Aluísio  
40 Fernandes da Silva Júnior, representante docente do *Campus* Universitário de Ananindeua;  
41 Raimundo Sócrates de Castro Carvalho, Vice-Coordenador do *Campus* Universitário de  
42 Breves; Vanilson Gomes Pereira, representante docente do *Campus* Universitário de Breves;

12/11/13

17

1

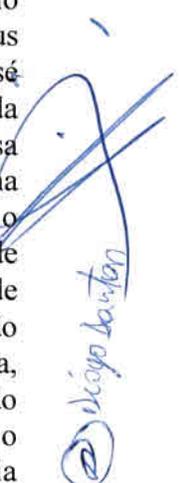
1

  
Sergio Cardoso  
  
  
  


43 Leônidas Olegário de Carvalho, representante docente do *Campus* Universitário de Castanhal;  
44 Gyanne Pereira de Lima, Vice-Coordenadora do *Campus* Universitário de Soure; Joaquim  
45 Martins Cancela Junior, representante docente do *Campus* Universitário de Soure; Marcelo  
46 Rassy Teixeira, Coordenador do *Campus* Universitário de Tucuruí; Aarão Ferreira Lima,  
47 representante docente do *Campus* Universitário de Tucuruí; Ana Beatriz Fernandes Galende,  
48 representando a Prefeitura do *Campus* Universitário do Guamá; Valena Jacob Chaves  
49 Mesquita e Suelene Leite Pavão, representantes docentes da Associação de Docentes da  
50 UFPA; Ângela Soares de Azevedo e Kátia Rosângela Tavares e Souza, representantes do  
51 Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará;  
52 Ângela Maria Rodrigues Santos, Anilton Sodré Carneiro, Apolinário Alves Filho, Darlene  
53 Sousa Nóvoa, José Guilherme Barbosa Dergan, Lemoel Silva Costa, Lucas Ayres Cardoso,  
54 Maria Leonel de Souza, Maria do Socorro Santos das Dores, Michela Alessandra Mendes,  
55 Silvio José Ferreira Vasconcelos, representantes dos Servidores Técnico-Administrativos;  
56 Airton Luiz Moraes da Silva, Diego Rodrigo Silva, Fábio Morone Oliveira, Jorge Lucas  
57 Neves, Otávio Augusto dos Santos, Rafael Lima Gutierrez e Silvia Guerreiro Giese,  
58 representantes dos Discentes. Como convidados, participaram: Prof. Eduardo Leitão, Ex-  
59 Diretor do Hospital Universitário João de Barros Barreto; Profª. Flávia Cristina Lemos, da  
60 Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia; Professor João Carlos Santiago,  
61 da Associação de Docentes da UFPA; Professor Paulo Almeida, Coordenador do Programa de  
62 Pós-Graduação em Educação; Marcelo Vasconcelos, do Hospital Universitário João de Barros  
63 Barreto; Alex Bruno Tavares Vieira, discente. Ausências justificadas: Conselheiro Cláudio  
64 Fabian Szlafsztein, Diretor do Núcleo de Meio Ambiente; Conselheira Jane Felipe Beltrão,  
65 representante docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Conselheira Simone de  
66 Fátima Pinheiro Pereira, representante docente do Instituto de Ciências Exatas e Naturais;  
67 Conselheiros Lamartine Vilar de Souza e Mara Rita Duarte de Oliveira, representante docente  
68 do *Campus* Universitário de Abaetetuba; Luís Henrique, representante da Assembleia  
69 Nacional dos Estudantes Livres (ANEL). **1. ABERTURA.** Com a palavra, o Sr. Presidente  
70 saudou a todos e deu início à sessão. Em seguida, deu as boas-vindas ao Professor Newton  
71 Sure Soeiro, novo representante docente do Instituto de Tecnologia; aos novos representantes  
72 do SINDTIFES, os técnico-administrativos Ângela Soares de Azevedo, Glailson Augusto  
73 Rocha dos Santos, Kátia Rosângela Tavares e Souza e Afonso Celso Modesto Moreira; ao  
74 Professor Paulo Lucas da Silva, novo representante docente do *Campus* Universitário de  
75 Altamira e ao Conselheiro Raimundo Sócrates de Castro Carvalho, Vice-Coordenador do  
76 *Campus* Universitário de Breves. **2. ORDEM DO DIA. 2.1. Questões referentes à decisão  
77 do Conselho Universitário (CONSUN) sobre o Programa de Pós-Graduação em  
78 Educação (PPGED). 2.2. Apresentação da Proposta de Adesão da UFPA à Empresa  
79 Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).** Passando à Ordem do Dia, o Sr.  
80 Presidente, reportando-se ao primeiro item da pauta, ou seja, às questões referentes à decisão  
81 do Conselho Universitário (CONSUN) sobre o Programa de Pós-Graduação em Educação  
82 (PPGED), fez um breve histórico do trâmite da matéria nos Conselhos Superiores da UFPA.  
83 Disse que o assunto foi objeto da pauta da 5ª Reunião Ordinária e da 4ª Reunião  
84 Extraordinária do CONSEPE, ocorridas em 14 de maio de 2013 e 23 de maio de 2013,  
85 respectivamente, ao que os membros decidiram pela reintegração do discente José Maria de  
86 Freitas Júnior ao PPGED. Contudo, informou o Sr. Presidente, o Professor Paulo Almeida,  
87 Coordenador do PPGED, contrariando a citada deliberação, novamente efetuou o  
88 desligamento do aluno José Maria de Freitas Júnior do Programa. Em virtude disso, disse que  
89 o Processo foi encaminhado ao CONSUN, fazendo parte da pauta da 1ª Reunião  
90 Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2013, ao que os Senhores Conselheiros foram,  
91 de forma definitiva, favoráveis à reintegração do aluno. Ainda assim, mantendo sua posição  
92 inicial, o Professor Paulo Almeida não acatou a deliberação do CONSUN e manteve o aluno  
93 desligado do PPGED, embasando-se em razões normativas que são do conhecimento de  
94 todos, principalmente uma decisão contrária referente ao pedido de Mandado de Segurança

  
Augusto Mendes  
  
  
  


95 Individual feito pelo aluno à 2ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira  
96 Região. Prosseguindo com seu relato, o Sr. Presidente, em face dos acontecimentos acima  
97 descritos, disse que deve haver uma reflexão profunda a respeito dos encaminhamentos que  
98 são tomados após as decisões emanadas do CONSUN e o fato de estas serem definitivas.  
99 Disse, ainda, que conforme o Regimento Geral, um Conselho de *Campus* ou uma  
100 Congregação de Instituto podem destituir um Coordenador, desde que alcancem dois terços de  
101 votos favoráveis. Sobre este aspecto, disse que o PPGED resolveu, outrossim, encaminhar a  
102 matéria para apreciação dos Conselhos Superiores. Em seguida, o Sr. Presidente procedeu à  
103 leitura de trecho do Parecer emitido pela Procuradoria-Geral da UFPA a respeito da matéria:  
104 “Ademais, importante consignar que, nos termos do art. 77 do Regimento Geral da UFPA, ‘o  
105 Reitor poderá, em casos urgentes e excepcionais, tomar decisões *ad referendum* dos órgãos  
106 competentes, devendo a matéria ser obrigatoriamente submetida à apreciação do Conselho  
107 respectivo em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim, no prazo  
108 máximo de até quinze (15) dias úteis”. Nesse sentido, disse o Sr. Presidente, a matéria em  
109 tela não o dotava da certificação necessária à tomada de uma decisão definitiva, por isso o seu  
110 encaminhamento pela discussão da matéria em tela ao âmbito do CONSUN. Em seguida, leu  
111 outro trecho do Parecer emitido pela Procuradoria-Geral da UFPA: “Como conclusão, ante o  
112 exposto, opina-se que a questão do desligamento do aluno do Programa foi dirimida na esfera  
113 administrativa, com a decisão do CONSUN, operando-se a coisa julgada administrativa, o  
114 cumprimento das decisões do CONSUN é impositivo, e por fim ser poderá a autoridade  
115 competente tomar as medidas administrativas exaradas nos itens 16 e 19 deste parecer, que  
116 trata da decisão do Presidente, com o necessário *ad referendum* do Conselho posterior”. Desse  
117 modo, esclareceu que resolveu por não emitir nenhuma decisão *ad referendum*, dispondo a  
118 matéria para discussão na presente sessão. Em seguida, franqueou a palavra aos membros,  
119 para manifestações. Solicitando a palavra, o Coordenador do PPGED, Professor Paulo  
120 Almeida, disse que uma das argumentações formuladas para a defesa do aluno, tanto no  
121 CONSEPE quanto no CONSUN, era que a ocorrência de plágio acadêmico era ignorada pelo  
122 próprio discente. Sobre este aspecto, replicou o Professor Paulo Almeida, todos os seus  
123 contra-argumentos foram embasados a partir da análise do *Currículo Lattes* do discente José  
124 Maria de Freitas Júnior, a fim de comprovar que este estava ciente, sim, da ocorrência da  
125 fraude. Disse que o mesmo realizou oficinas e minicursos de Metodologia da Pesquisa  
126 Científica, foi bolsista de iniciação científica, concluiu dois Cursos de Graduação, uma  
127 Especialização e que, atualmente, tentava o Mestrado no PPGED. Além do mais, segundo o  
128 Professor Paulo Almeida, o discente era professor de Metodologia da Pesquisa Científica e de  
129 Pesquisa em Educação na Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disse que o Mandado de  
130 Segurança à Justiça foi interposto pelo discente, e que este havia sido negado sob a alegação  
131 de que o aluno não possuía direito líquido e certo. Isso, segundo o Professor Paulo Almeida,  
132 gerou a dúvida sobre qual instância obedecer, ao que finalmente decidiu em acatar a posição  
133 tomada pelo Tribunal Regional Federal. Em seguida, citou o art. 116 da Lei n. 8.112/1990, o  
134 qual enumera os deveres do servidor público federal, justificando nesse sentido que não devia  
135 obediência irrestrita à Administração Superior. Após concluir o seu relato, o Professor Paulo  
136 Almeida retirou-se da Plenária, alegando não se sentir confortável para permanecer até o final  
137 da discussão da matéria. Manifestando-se, a Conselheira Vera Jacob enfatizou que a  
138 discussão, no presente momento, não correspondia mais ao mérito do aluno, mas sobre a  
139 conduta do Coordenador do PPGED, o qual desobedeceu a uma ordem superior. Disse que o  
140 prejuízo ao discente é enorme, e que a questão é grave, e envolve o Código de Ética do  
141 Servidor. Disse, ainda, que se o aluno José Maria recorreu à Justiça, foi em outro momento,  
142 anterior às decisões emanadas pelos Conselhos Superiores. Nesse sentido, propôs que o  
143 Coordenador do PPGED não fosse apenas destituído de seu cargo, mas que seja instaurada, no  
144 âmbito da UFPA, uma sindicância que vise a apurar casos dessa natureza. Em resposta a essa  
145 proposta de encaminhamento, o Sr. Presidente disse que qualquer procedimento  
146 administrativo a ser tomado sobre o caso seria conduzido após a decisão da corrente sessão.


147 Com a palavra, o Conselheiro Antônio José de Mattos ressaltou que devem ser respeitadas,  
148 impreterivelmente, as normas internas, e que as sanções ao Coordenador do PPGED devem  
149 ser aplicadas, em vista do que foi até então apresentado. Solicitando a palavra, a Conselheira  
150 Marlene Freitas disse respeitar a decisão do Magnífico Reitor em encaminhar a discussão da  
151 matéria ao âmbito do CONSUN, contudo ressaltou sua discordância para com essa  
152 providência, embasada na convicção de que este é investido das atribuições necessárias para  
153 deliberar pela permanência ou destituição do Coordenador do PPGED na instância da  
154 Administração Superior. Disse, ainda, que a atitude do Professor Paulo Almeida é lamentável,  
155 e que as normas e princípios do Estatuto e Regimento Geral da UFPA devem ser seguidos.  
156 Por sua vez, a Conselheira Ana Tancredi, enquanto Diretora do ICED, disse ter ficado  
157 extremamente constrangida com o caso, postando-se, por esse motivo, a favor da execução de  
158 um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o Professor Paulo Almeida. Nesse  
159 sentido, propôs que fosse providenciado, além da destituição do mesmo da Coordenação do  
160 PPGED, o impedimento deste ao Sistema de matrícula do Programa, e que seja garantido um  
161 tempo extra ao aluno, a fim de que este conclua o seu Mestrado. Com a palavra, o  
162 Conselheiro Paulo Lucas da Silva disse que a situação, em sua origem, deveria ter sido sanada  
163 entre orientador e orientando, no sentido de prevenir que a acusação de plágio acadêmico se  
164 tornasse pública. Manifestando-se, o Conselheiro Anilton Sodré sugeriu, como adendo aos  
165 encaminhamentos propostos, o encaminhamento da matéria ao âmbito da Comissão de Ética  
166 da UFPA, que possui os atributos e prerrogativas necessárias para penalizar o Coordenador do  
167 PPGED com o impedimento de se candidatar, por dois anos, a cargos de gestão na  
168 Universidade. Referindo-se à questão do plágio, o Conselheiro Emmanuel Tourinho  
169 comunicou aos membros sobre a realização de uma Conferência, dia 12 de dezembro de 2013,  
170 na UFPA, a ser ministrada pela Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim, da Universidade  
171 Estadual Paulista (UNESP), cujo tema é: "Plágio em Publicações Científicas: Reflexões sobre  
172 a Ética e a Pesquisa". Por sua vez, o Conselheiro João Cauby disse que o assunto envolvendo  
173 o Professor Paulo Almeida não era trazido à pauta com o intuito de condenar, mas proceder à  
174 deliberação conforme as suas atitudes enquanto Coordenador do PPGED. Disse que o mesmo  
175 se ampara na Lei n. 8.112/1990 para afirmar que as decisões emanadas do CONSEPE e do  
176 CONSUN são "manifestamente ilegais", e que suas alegações ressaltam a incompetência da  
177 UFPA para deliberar sobre questões que alçavam a esfera jurídica. Contudo, segundo o  
178 Conselheiro João Cauby, a própria decisão do TRF elucida que há independência, sim, entre  
179 as instâncias acadêmica e administrativa. Com a palavra, o Sr. Presidente disse aceitar as  
180 discordâncias à sua decisão por conduzir o assunto para discussão no presente CONSUN, mas  
181 enfatizou que assim o fez por entender que o tema deve ser prudentemente analisado antes de  
182 ser tomada qualquer decisão definitiva. Em seguida, dispôs em votação a proposta  
183 predominante, que era pela destituição, ou não, do Professor Paulo Almeida do cargo de  
184 Coordenador do PPGED. Após votação, os membros acataram pela destituição do Professor  
185 Paulo Almeida, com 46 votos favoráveis e três abstenções. Continuando com a reunião, o Sr.  
186 Presidente se reportou ao segundo ponto de pauta, que correspondia à apresentação da  
187 Proposta de Adesão da UFPA à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).  
188 Antes de conceder a palavra aos membros para as manifestações, o Sr. Presidente disse que  
189 aquele era um primeiro momento de debate, o qual não teria a pretensão de decidir nada  
190 concretamente, em se tratando da adesão da UFPA à EBSERH, e que a ideia era fazer uma  
191 apresentação, à luz da realidade da Universidade e dos seus Hospitais e, com isso,  
192 posteriormente promover uma discussão preliminar. Em seguida, disse que há a previsão para  
193 a realização de outra Reunião do CONSUN, em dezembro de 2013 ou janeiro de 2014, a fim  
194 de se obter, então, uma decisão final sobre a referida adesão, contemplando assim os prazos a  
195 serem respeitados. Continuando, o Sr. Presidente principiou um relato a respeito da situação  
196 dos Hospitais Universitários da UFPA, ressaltando que se valeria dos dados e montantes  
197 específicos do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), que é o que mais  
198 arrecada e possui despesas entre os dois Hospitais Universitários da UFPA, sendo que suas

  
Diogo Santos  
  
  
  


199 questões são idênticas às vivenciadas pelo Hospital Bettina Ferro de Souza. Nesse sentido,  
200 disse que este é um momento em que a UFPA e seus Hospitais vivenciam uma situação  
201 especial de instabilidade, que se traduz em duas ordens: uma que pode ser classificada como  
202 instabilidade administrativo-financeira e outra denominada como de aspecto legal,  
203 envolvendo normas, regimentos e leis. Disse que a primeira dessas instabilidades, a  
204 administrativo-financeira vem, em 12 anos, agravando a crise que sobre eles está presente, e  
205 que compreende a seguinte situação: os Hospitais têm arrecadação provinda de algumas  
206 fontes, mas basicamente três são as fontes principais. A maior delas vem do serviço que os  
207 Hospitais prestam ao Sistema Único de Saúde (SUS), cuja arrecadação abrange um montante  
208 mensal em torno de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), somando um  
209 montante anual de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Disse, ainda, que essa  
210 arrecadação pouco tem variado, independentemente do volume de serviços que o HUIBB  
211 presta, e que nos quatro anos da atual administração, esta arrecadação cresceu, se tanto, entre  
212 5% e 10%. Prosseguindo, disse que, para além dessa fonte, o HUIBB recebe um recurso  
213 variável, este sim proporcional aos recursos que ele presta, e que monta entre R\$ 200.000,00  
214 (duzentos mil reais) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) mensais, alcançando um total anual  
215 entre R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Disse  
216 que, finalmente, têm-se os recursos oriundos do Governo Federal, sob a forma de  
217 transferência, através do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários  
218 Federais (REHUF), que no ano passado alcançou a um teto de R\$ 4.000.000,00 (quatro  
219 milhões de reais). Continuando, disse que há, ainda, uma tabela que compreende convênios,  
220 os quais são muito específicos e que não fazem parte dos recursos do Hospital como um todo  
221 e, portanto, não entra nesse montante final. Nesse sentido, o HUIBB deve estar arrecadando,  
222 este ano, um total entre R\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais) e R\$ 30.000.000,00  
223 (trinta milhões de reais). Por outro lado, disse o Sr. Presidente, alocam-se as despesas do  
224 HUIBB, sendo a maior delas o gasto com os servidores fundacionais, ou terceirizados,  
225 contratados junto à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), e que  
226 abrange em média seiscentos funcionários, considerando os dois Hospitais. O custeio dessa  
227 contratação gira em torno de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), considerando o  
228 ano de 2013. A segunda fonte de despesa diz respeito aos contratos que o Hospital possui,  
229 sendo os maiores com a Cooperativa de Anestesiologistas, com a Companhia fornecedora de gás e  
230 com as Companhias de vigilância e limpeza. Esses contratos giram em torno de R\$  
231 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por ano. Em terceiro lugar, prosseguiu o Sr.  
232 Presidente, o Hospital possui despesas com o que adquire de insumos para cirurgias e outros  
233 serviços hospitalares, o que resulta num montante anual de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões  
234 de reais). Quando somadas, essas despesas resultam num valor anual de R\$ 45.000.000,00  
235 (quarenta e cinco milhões de reais), sendo que há uma receita anual de apenas R\$  
236 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Dessa forma, disse o Sr. Presidente, há um *déficit* de  
237 aproximadamente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Esse *déficit*, disse, tem-se  
238 acumulado, e a razão disso é em função de uma arrecadação praticamente inalterável em face  
239 de despesas que vêm crescendo anualmente, compreendendo custos com medicamentos,  
240 insumos hospitalares e dissídios de servidores terceirizados. Ainda com a palavra, o Sr.  
241 Presidente expôs que o *déficit* tem sido coberto, quase por completo, com o orçamento da  
242 UFPA. Neste ano, tal repasse foi em torno de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Em  
243 2010 e 2011 girou em torno de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) e, em 2009,  
244 ultrapassou o montante de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Disse, ainda, que mesmo  
245 com esse repasse de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) disponibilizados pela UFPA, o  
246 *déficit* do HUIBB não será totalmente coberto. A consequência que se observa disso é a  
247 situação atual dos Hospitais, onde faltam medicamentos e insumos, onde os contratos não são  
248 devidamente pagos. Dessa forma, segundo o Sr. Presidente, vai-se estabelecendo uma  
249 engenharia financeira na ordem do que compreende a crise, criando assim uma situação  
250 administrativo-financeira absolutamente insustentável. Continuando com seu relato, o Sr.

  
Sigo Aviston  
  
  
  


251 Presidente explanou sobre a segunda instabilidade, que é de ordem legal: desde 2008, há um  
252 Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) proibindo a manutenção da relação  
253 trabalhista, ou seja, a contratação dos funcionários dos Hospitais Universitários junto às  
254 Fundações de Apoio (no nosso caso, com a FADESP). O prazo final dado às Universidades  
255 Federais para encerrarem tal relação trabalhista foi 31 de dezembro de 2010, ao que, com o  
256 passar do tempo, e não houve condições para a distratação desses funcionários, ao que foram  
257 sendo dadas justificativas ao TCU sobre a necessidade de manutenção de tal relação, sob a  
258 ameaça de os Hospitais serem fechados. Ainda em dezembro de 2010, um dos últimos atos do  
259 então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi apresentar, como alternativa à situação dos  
260 Hospitais Universitários, a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
261 (EBSERH), que era fruto de um Projeto de Lei que surgiu como resposta à situação de  
262 postergação das relações trabalhistas justificadas pelas Universidades. Desde então, disse o  
263 Sr. Presidente, a justificativa para postergação das relações trabalhistas acima elencadas foi a  
264 possibilidade de criação da EBSERH. Então, a Lei n. 12.550/2011, aprovada no Congresso,  
265 criou a EBSERH, com a condição de que a adesão das Instituições seria voluntária, ou seja, de  
266 acordo com a decisão dos Conselhos Superiores das Universidades. Sobre essa questão legal,  
267 disse o Sr. Presidente o seguinte: recentemente, no final do primeiro semestre, a Controladoria  
268 Geral da União (CGU) esteve fazendo a vistoria no setor de pessoal da UFPA, e viu que, em  
269 relação aos Hospitais, ainda era mantido o mesmo tipo de relação trabalhista, e que nenhuma  
270 providência quanto à mudança da situação tinha sido tomada. Em seguida, em reunião da  
271 Administração Superior com os representantes da CGU, foi comunicado que deveria ser  
272 encerrada, até 31 de dezembro de 2013, a relação trabalhista da UFPA, estabelecida via  
273 FADESP, para com os funcionários dos Hospitais. Essa foi a primeira recomendação, sobre a  
274 qual foi informado que não havia a menor possibilidade de se acatar em curto prazo. Dessa  
275 forma, a CGU emitiu relatório, o qual dispõe: “contratação irregular de pessoal para o HUIBB  
276 por meio de contrato com a Fundação de Apoio. Encaminhamento proposto: regularizar a  
277 situação do pessoal contratado indevidamente via Fundação de Apoio, avaliando a  
278 possibilidade de adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), criada pela  
279 Lei n. 12.550/2011”. Esta decisão, segundo o Sr. Presidente, foi estendida até o final de junho  
280 de 2014. Finalizando o seu relato, o Sr. Presidente disse que essa é a situação atual dos  
281 Hospitais Universitários da UFPA, e que a partir disso a Administração Superior entendeu  
282 que a discussão deveria ser encaminhada ao CONSUN, em forma de apresentação, no sentido  
283 de avaliar a possibilidade de adesão da UFPA à EBSERH. Em seguida, a palavra foi  
284 concedida aos membros. Solicitando a palavra, a Conselheira Vera Jacob disse que o tema  
285 envolvendo os Hospitais Universitários é bastante complexo, e tem um longo histórico. Disse  
286 que o movimento sindical vem, há muito tempo, propondo a contratação de servidores, para  
287 os mesmos, via concurso público, por entender que essa é a solução definitiva à crise dos  
288 Hospitais Universitários, que são espaços de atendimento público de qualidade, em contraste  
289 com outras instituições de saúde pública do Brasil. Continuando, ressaltou que, em nome da  
290 autonomia da UFPA, deve ser rejeitada a adesão à EBSERH, cuja característica é de  
291 privatização. Disse, ainda, que a Procuradoria Geral da República e mais de duzentas e  
292 quarenta entidades vinculadas à Frente Nacional contra a Privatização defendem esse mesmo  
293 ponto de vista contrário à EBSERH, o que reflete o contexto de renúncia à privatização  
294 encampado pela sociedade civil brasileira. Concluindo sua fala, disse que o Governo Federal  
295 deve assumir, antes de mais nada, a sua responsabilidade para com a reestruturação dos  
296 Hospitais Universitários e, conseqüentemente, da saúde pública do Brasil. Manifestando-se, o  
297 Conselheiro Jorge Lucas Neves disse que transferir a responsabilidade de administração dos  
298 Hospitais Universitários para a iniciativa privada tira a autonomia da UFPA e precariza as  
299 relações de trabalho ali existentes. A Conselheira Silvia Giese, por sua vez, disse que, em  
300 meio ao atual processo de sucateamento dos bens e serviços públicos, o procedimento de  
301 terceirização desses serviços é um caminho recorrente, e que por isso a discussão deve ser  
302 muito bem embasada e amplificada a toda a sociedade. Solicitando a palavra, o Conselheiro

  
*depois de então*  
  
  
  

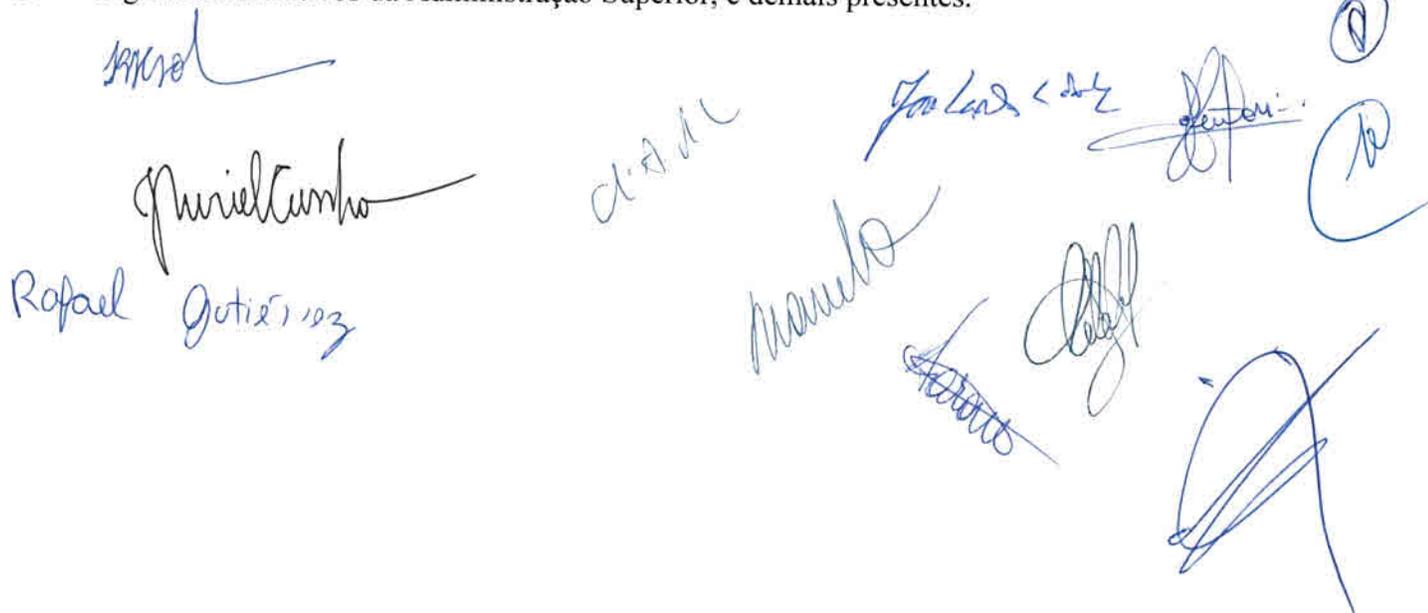

303 Diego Rodrigo disse que a ótica pela qual deve ser justificada a adesão à EBSE  
304 ser meramente financeira, como foi apresentada pelo Sr. Presidente, mas englobar também  
305 outros fatores, como o ensino, a pesquisa e a extensão. Sugeriu, em seguida, que fosse  
306 realizada uma Audiência Pública, com a participação tanto da comunidade acadêmica como  
307 da comunidade externa à UFPA, a fim de se discutir profundamente o advento da EBSE  
308 Com a palavra, a Profa. Simone Pereira lembrou os membros para que estes se ativessem  
309 principalmente a uma análise pragmática dos fatos, levando em consideração as instabilidades  
310 financeira e legislativa vivenciadas pelos Hospitais Universitários. Disse que a UFPA tem  
311 arcado, como afirmado pelo Sr. Presidente, com o *déficit* desses Hospitais, ao que uma  
312 negativa injustificada quanto à adesão pela EBSE não deve ser considerada, mediante a  
313 possibilidade de fechamento dos mesmos. Solicitando a palavra, o Conselheiro Antônio  
314 Carlos Franco da Rocha disse que, após uma revisão completa da normatização relativa à  
315 EBSE e conversas com a direção da mesma, nenhum elemento lhe remetia à ideia de  
316 privatização dos Hospitais Universitários, como estava sendo alegado. Disse que a discussão a  
317 respeito dos servidores fundacionais e dos pacientes que utilizam dos serviços hospitalares e  
318 que sofrem com a falta de recursos deve ocorrer, no sentido de fomentar a compreensão do  
319 tipo de ensino que está sendo proporcionado aos discentes da UFPA, além do risco de  
320 fechamento dos Hospitais Universitários a que a corrente realidade influi. Manifestando-se, o  
321 Conselheiro Fernando Arthur disse que, desde o ano 2000 até hoje as matrículas na rede  
322 pública de ensino superior cresceu consideravelmente, a despeito das ameaças de privatização  
323 e das problemáticas enfrentadas pelas instituições educacionais. Desse modo, segundo ele, a  
324 presente discussão deve estar bem embasada e focada no atendimento às necessidades da  
325 população, ao que enfatizar a ideologia da privatização seria equivocado. Por sua vez, a  
326 Conselheira Valena Jacob informou que a Procuradoria Geral da República emitiu a Ação  
327 Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.985, cujo teor foi o pedido de medida cautelar,  
328 proposta pelo Procurador-Geral da República em face dos arts. 1º a 17 da Lei n. 12.550, de 15  
329 de dezembro de 2011, a qual autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa  
330 Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSE), apontando-se como violados os arts. 37, II e  
331 XIX; 39; 173, § 1º; 198; e 207, todos da Constituição Federal. Em seguida, disse que a  
332 EBSE constituía-se como uma Empresa Pública criada com personalidade jurídica de  
333 Direito Privado, o que reafirma a ocorrência de processo de privatização. Disse que a ADI  
334 questiona, entre outros fatores, artigos da Lei de Criação da EBSE, os quais demonstram  
335 que a atual situação dos Hospitais Universitários não sofrerá alteração. Continuando, disse  
336 que a realização de concurso público sanaria a questão trabalhista, a qual, pelo que determina  
337 a norma da EBSE, seria mantida via Consolidação de Leis de Trabalho (CLT) e, portanto,  
338 sem amparo legal. Com a palavra, a Conselheira Ângela Azevedo disse que aderir à EBSE  
339 era ser conivente com a privatização dos Hospitais Universitários e admitir que a UFPA não  
340 possui a competência necessária para gerir os mesmos. Disse, ainda, que os servidores  
341 fundacionais não deveriam ser penalizados nesse processo, tendo em vista estarem inseridos  
342 em um contexto muito maior. Manifestando-se, o Professor João Carlos Santiago disse haver  
343 uma dívida social da UFPA para com os servidores fundacionais, que deve ser respeitada.  
344 Disse, ainda, que há sim verba disponível para reestruturar os Hospitais Universitários.  
345 Solicitando a palavra, o Conselheiro Emmanuel Tourinho disse que, em trinta anos como  
346 parte da comunidade acadêmica da UFPA, nunca presenciou uma oportunidade tão ampla e  
347 democrática de se discutir um tema tão complexo como este, e que a atual gestão vem  
348 conduzindo a discussão a esse respeito de modo a garantir o devido respeito aos trabalhadores  
349 dos Hospitais Universitários. Disse, em seguida, que a realização de concurso público não  
350 sanará a situação desses Hospitais, e que o ideal seria a existência dos recursos necessários, o  
351 que não é uma realidade, prejudicando, principalmente, os usuários desses serviços. Disse que  
352 o conceito de Empresa Pública de Direito Privado não corresponde à ideia de privatização, e  
353 que sempre foi objetivo do Governo Federal que os Hospitais Universitários funcionassem  
354 cem por cento através do SUS. A Conselheira Ana Tancredi, por sua vez, disse que a

  
Diego Rodrigo  
  
  
  


355 iniciativa privada tem quadruplicado o número de matrículas na Educação Superior,  
356 superando assim esse mesmo quantitativo em se tratando do ensino público. Indagou, em  
357 seguida, o porquê de haver recurso financeiro disponível à EBSERH e não aos Hospitais  
358 Universitários. Disse que educação e saúde são bens públicos garantidos pela Constituição e  
359 deveres do Estado, que devem ser cumpridos. Com a palavra, a Conselheira Edilza Fontes  
360 disse que o tema em questão posiciona a UFPA em uma encruzilhada política, pois apesar dos  
361 apelos para que o Governo Federal injete mais recursos nos Hospitais Universitários, a atual  
362 conjuntura demonstra uma realidade onde a Universidade não está mais em condições de  
363 arcar com o *déficit* de seus Hospitais. Disse que a formação médica não passa somente pelo  
364 âmbito dos Hospitais Universitários, o que deve ser considerado na avaliação da matéria.  
365 Manifestando-se, o Professor Eduardo Leitão disse que o ideal seria que o Ministério do  
366 Planejamento liberasse mais recursos para a estruturação dos Hospitais Universitários, o que  
367 não tem sido feito ao longo dos anos, resultando assim no atual quadro de declínio que todos  
368 conhecem. Disse que a decisão de aderir ou não à EBSERH é difícil, o que se agrava pela  
369 necessidade urgente de organizar oito tipos de serviço relativos a oito áreas que englobam os  
370 Hospitais Universitários, o que tende a consumir um montante de aproximadamente  
371 oitocentos mil reais. Disse que, nessa perspectiva, outra fonte provável de recursos seria o  
372 Parque de Diagnósticos por Imagem, além do que foram conseguidos, recentemente, por meio  
373 de projetos, novos materiais e equipamentos que ainda precisam ser instalados nos Hospitais,  
374 e que também gerarão recurso, mas em nível de médio e longo prazo, assim como a pesquisa  
375 clínica. Dessa forma, disse que, se houver a decisão pela adesão à EBSERH, a permanência  
376 dos trabalhadores fundacionais é o ponto crucial da questão. Continuando, disse que, se  
377 houver concurso público, este deverá ter pontuação diferenciada para estes trabalhadores,  
378 levando-se em conta o seu tempo de serviço e a sua capacitação. Solicitando a palavra, a  
379 Profa. Flávia Cristina Lemos disse que o Conselho Nacional de Saúde (CNS), unanimemente,  
380 é contrário pela adesão à EBSERH. Disse, ainda, que como cidadãos democráticos devemos  
381 exigir nossos direitos, e que o Governo Federal vem ignorando as prerrogativas do CNS e da  
382 14ª Conferência Nacional de Saúde, o que fere princípios éticos e políticos básicos. Por fim, a  
383 Profa. Flávia Cristina também se posicionou em favor da realização de uma Audiência  
384 Pública sobre o tema em questão. Manifestando-se, a Profa. Suelene Pavão disse que o tema  
385 requer muita sensibilidade de todos, pois o que está em jogo são vidas humanas e as carreiras  
386 profissionais de diversos funcionários dos Hospitais Universitários, os quais são, dentre outras  
387 coisas, *locus* de formação acadêmica e prestação de serviços à sociedade. Disse, em seguida,  
388 que a EBSERH é apenas o reflexo imediato de um contexto histórico, e que a adesão à mesma  
389 deveria ser evitada, a fim de preservar quem desses serviços depende. Solicitando a palavra, o  
390 discente Alex Bruno Tavares Vieira disse que há a prerrogativa de que a EBSERH venha a  
391 realizar um sistema de atendimento de via dupla, abrangendo tanto o SUS como os serviços  
392 privados de planos de saúde, o que tende a ser desigual e injusto, indo de encontro ao  
393 princípio da universalidade, que está consagrado no histórico da UFPA. Continuando, disse  
394 que a questão da privatização vem sendo enfatizada por conta dessa mudança na forma de  
395 atendimento à população, com o estabelecimento de convênios particulares, e que com  
396 relação ao ensino, a adesão à EBSERH tende a reduzir as oportunidades de estágios a  
397 estudantes do ensino público superior, em detrimento da priorização de alunos de instituições  
398 privadas que vierem a estabelecer convênios e conceder recursos à EBSERH. Disse, ainda,  
399 que no tocante à pesquisa, haverá uma prévia seleção, pelo Conselho da EBSERH, do que  
400 poderá ser pesquisado, o que vai de encontro aos preceitos democráticos pretendidos pela  
401 Universidade. Retomando a palavra, o Sr. Presidente disse que, em suma, existem duas  
402 questões a serem analisadas, impreterivelmente: uma de ordem financeira e outra de ordem  
403 legal, e a alternativa apresentada para saná-las é a EBSERH, cuja adesão pela UFPA  
404 dependerá da deliberação dos Senhores Conselheiros, com devidas e coerentes justificativas.  
405 Disse, ainda, que a Lei que rege a EBSERH não menciona, em nenhum momento, o termo  
406 “privatização”, e que não vê problema na caracterização de uma Empresa Pública de Direito

  
*diogo fontes*  
  
  
  


407 Privado, como é o caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Caixa Econômica  
408 Federal. Afirmou que não há nenhuma Universidade com Hospital Universitário que tenha  
409 aderido à EBSEH, no Brasil, a fim de servir de parâmetro, mas sim oito Instituições com  
410 contrato firmado recentemente junto à Empresa e mais vinte e duas sinalizando positivamente  
411 pela adesão. Continuando, disse que, diferente do que foi afirmado, não haverá mescla de  
412 alunos do ensino público com alunos do ensino privado. Em seguida, o Sr. Presidente fez o  
413 seguinte encaminhamento: ocorrência de uma nova reunião do CONSUN, onde deverá  
414 constar a presença de todos os Senhores Conselheiros, de representantes da EBSEH, do  
415 Ministério Público, da ADUFPA, do SINDITIFES e do DCE, a fim de que haja uma  
416 discussão devidamente embasada e fundamentada da matéria, no sentido de que se proceda  
417 com uma deliberação concreta e esclarecida a respeito da adesão, ou não, dos Hospitais  
418 Universitários da UFPA à EBSEH. Complementando o encaminhamento, a Conselheira  
419 Vera Jacob sugeriu que os Dirigentes de todas as Unidades trouxessem, no dia da referida  
420 reunião, decisões objetivas destas, a fim de que a decisão final tenha o alcance mais  
421 abrangente possível. Sugeriu, ainda, a Conselheira Ângela Soares, que a SEGE encaminhasse,  
422 a todos os membros, a documentação completa referente à EBSEH, a fim de garantir um  
423 embasamento satisfatório por parte de todos. Os membros, por unanimidade, acataram esta  
424 proposta. **3. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu o  
425 comparecimento dos Senhores Conselheiros e, às treze horas e trinta minutos, deu por  
426 encerrada a Sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo  
427 Presidente do Conselho, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza, Secretária-Geral dos  
428 Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e demais presentes.

A collection of handwritten signatures in blue ink, including names like Rafael, Gabriel, Manoel, and others, along with initials and a large scribble.